

Bons argumentos,
ótimos investimentos.

Abril- 2024

O PROJETO DREX

Resenha Trimestral

Por Delano Franco

Mestre em economia pela PUC-RJ, Sloan
Fellow da London Business School e
estrategista da Argumento Gestão de
Investimentos.

No texto do trimestre anterior mostramos como bancos centrais ao redor do mundo vêm avançando no desenvolvimento de moedas digitais (CBDCs). Os projetos de CBDCs variam bastante entre os países, com implicações sobre os sistemas monetário e financeiro. Nesta carta abordaremos o projeto da CBDC brasileira, o Drex.

Sua implantação se dá no contexto do programa de modernização financeira conduzido pelo Banco Central, chamado de Agenda BC#. Um Grupo de Trabalho foi formado em 2020 para seu desenvolvimento. As letras D e R fazem referência a Real Digital, e o X remete à idéia de conexão.

O varejo acessará a plataforma Drex através de um intermediário financeiro autorizado, como um banco. Este fará a transferência de recursos individuais em conta para uma carteira digital do Drex. Será utilizada tecnologia DTL (Distributed Ledger Technology), na qual as transações são registradas em múltiplos locais ao mesmo tempo, não havendo portanto data center

central. O Blockchain, por exemplo, é um tipo específico de DLT.

As transações via Drex serão realizadas através de smart contracts, gerando especial conveniência a transações que dependam das duas contrapartes executarem determinada ação. Por exemplo, na compra de um carro o dinheiro e a propriedade do veículo serão transferidos de forma simultânea.

O foco do Drex se encontra, evidentemente, em aplicações on-line, embora haja a previsão de transações off-line em casos específicos. Há atenção à privacidade prevista nas leis brasileiras, em especial sigilo bancário e LGPD. Por outro lado, o desenho permitirá o atendimento às normas de prevenção à lavagem de dinheiro, inclusive no cumprimento de ordens judiciais para rastreamento de operações ilícitas. A figura abaixo, retirada do site do Bacen, ilustra o funcionamento de uma transação de varejo via Drex.



Haverá interoperabilidade com outros sistemas de registro e transferência, assim como integração a sistemas de outros países, permitindo a realização de pagamentos internacionais.

Em 2023 o Banco Central iniciou um projeto piloto. Em sua primeira fase serão testadas funcionalidades de privacidade e programabilidade por meio de um caso de uso

específico – um protocolo de entrega contra pagamento (DvP) de título público federal entre clientes de instituições diferentes. Para a fase piloto, o BC selecionou 16 propostas:

- Bradesco, Nuclea e Setl
- Nubank
- Banco Inter, Microsoft e 7Comm
- Santander, Santander Asset Management, FIRST e Toro
- CTVM
- Itaú Unibanco
- Basa, TecBan, Pinbank, Dinamo, Cresol, Banco Arbi,
- Ntokens, Clear Sale, Foxbit, CPqD, AWS e Parfin
- Caixa, Elo e Microsoft
- SFCoop: Ailos, Cresol, Sicoob, Sicredi e Unicred
- XP, Visa
- Banco BV
- Banco BTG
- Banco ABC, Hamsa, LoopiPay e Microsoft
- Banco B3, B3 e B3 Digitas
- Consórcio ABBC: Banco Brasileiro de Crédito, Banco
- Ribeirão Preto, Banco Original, Banco ABC Brasil, Banco .
- BS2 e Banco Seguro, ABBC, BBChain, Microsoft e BIP
- MBPay, Cerc, Sinqia, Mastercard e Banco Genial
- Banco do Brasil

Em suma, os próximos anos serão ricos em experimentações com moedas digitais ao redor do mundo. No Brasil o projeto Drex

vem avançando, e nossa CDBC tende a ter grande impacto sobre transações financeiras, assim como foi o caso do PIX.



www.arg.com.br